

# UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA

Periodicidade: semestral Tiragem: 1.000 exemplares

Pede-se permuta
Pédese canje
On demande échange
We ask for exchange
Wir bitten um austausch
Si richiede lo scambio

HISTÓRIA & PERSPECTIVAS, nº 9 - 1993 - Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Curso de História

Semestral ISSN 0103-409X

História. I. Universidade Federal de Uberlândia.

Curso de História

CDU 930

# HISTÓRIA

# & PERSPECTIVAS

# SUMÁRIO

Apresentação3
Dialógos com a Literatura Sinfonia Inacabada: o texto antropológico entre ciência e ficção
História e Literatura: uma relação de troca e cumplicidade
Literatura, História e Biografia no Facundo: A metodologia de Domingo F. Sarmiento
História e Política em Um Estadista do Império
A Escritura Poética como Interpretação do Acaso
Sobre Comunidades Imaginadas, Nacionalismos eGeorges Bataille75  Maria Aurora de Meireles Rabelo
A América Latina no Limiar do Ano 2000: Ainda a Questão do Colonialismo
Documento Especial Questão Indígena: Brasil "Internacional" Conflitos étnicos e territoriais
HISTÓRIA & PERSPECTIVAS   UBERLÂNDIA   Nº 9   JUL./DEZ.1993



### QUESTÃO INDÍGENA: BRASIL "INTERNACIONAL", CONFLITOS ÉTNICOS E TERRITORIAIS

Paulo Augusto Mário Isaac\*

### Introdução

No momento em que a sociedade se depara com a crise de modelos econômicos, com o reacirramento das lutas étnicas e conflitos nacionalistas, e que a questão ambiental vira tema internacional, no Brasil a questão indígena ganha relevância na medida em que engendra todos esses movimentos. Normalmente vista apenas como parte da questão ambiental ou um problema humanitário e de defesa dos direitos humanos, ela oculta uma problemática muito mais complexa e profunda, com desdobramentos imprevisíveis. Nossa convivência com a referida questão, em função dos nossos estudos, nos permitiu perceber que os povos indígenas, através de suas lideranças e organizações, assimilaram em diferentes níveis as ideologias do racionalismo, racismo, etnocentrismo e da territorialidade. Estas concepções formam a totalidade de uma mentalidade, que se reforça cada vez mais e cujos desdobramentos são imprevisíveis. Este trabalho tem o objetivo de trazer à tona esta discussão, mostrando o caráter conservador e reacionário do discurso, que traduz esta mentalidade, supostamente progressista e libertador, feito pelas lideranças e organizações indígenas atualmente.

Para fundamentar nossa proposição utilizaremos a carta que foi entregue ao Papa João Paulo II, no dia 16 de outubro de 1991 em Cuiabá, Mato Grosso, e lida em nome dos povos indígenas do Brasil (em anexo, ao final deste texto). Ela expressa não só as reivindicações e as aspirações dos povos indígenas como também a mentalidade que as permeia. Dividimos o texto em "parágrafos" para facilitar a sistematização da nossa análise e evitar repetições cansativas e desnecessárias de frases, sem contudo prejudicar a identificação das mesmas. Num espaço tão limitado não queremos mais do que levantar a problemática e suscitar o debate.

# Fundamentação Teórica

O cerne do problema que desencadeia toda a discussão sobre os povos indígenas não é outro senão a penetração do capitalismo, em toda a sua dimensão, na vida e nas regiões onde habitam os mesmos. As lutas em prol das chamadas sociedades diferenciadas se concentram naquilo que as

Professor na área de Ciências Sociais na Universidade Federal de Mato Grosso - Centro Universitário de Rondonópolis.

pessoas envolvidas com a causa indígena (índios e não índios) consideram prejudiciais a estes povos, ou seja, agressões, desestruturação e até extermínio físico e étnico e invasão de suas terras. A estrutura do caráter das lideranças indigenas, perceptivel nos discursos que ouvimos no dia a dia com os índios, nos documentos escritos por eles e nas suas propostas para solução de seus problemas, nos permite perceber claramente os efeitos da ação política e ideológica dos não-índios, comprometidos com a causa indígena, ao longo dos séculos. As concepções de nacionalismo, racismo, etnocentrismo e territorialidade certamente não nasceram com os índios, mas encontraram alí um terreno fértil para se desenvolver. Elas se fazem sentir em discursos, tais como: "autodeterminação dos povos indígenas", "exigimos ser chamados pela denominação da nação a que pertencemos", "não há índios brasileiros, mas índios do Brasil"; nas críticas contra a ação dos "brancos" (termo genérico sem identificar quem são esses brancos); "resgate da nossa cultura", "fortalecimento das tradições, costumes e modos de vida"; demarcação de terras e de forma continua e "garantia dos nossos teritórios". Fica claro que as lideranças dos diversos povos indígenas "do" Brasil sabem o que querem e têm consciência da legalidade dos mecanismos de dominação e procuram revertê-los a seu favor, aperfeiçoando as formas de resistência, através da elevação do seu nível organizativo. Não têm consciência, porém, de que a utilização de mecanismos calcados em concepções historicamente ultrapassadas nada mais é do que um engodo, uma nova forma de dominação. O caráter contraditório do discurso de libertação que é, ao mesmo tempo, o discurso da dominação pode ser facilmente detectado na carta dos povos indígenas do Brasil ao Papa João Paulo II que passamos a analisar.

Não é nossa intenção discutir aqui a melhor definição de nação, pois como diz Eric J. Hobsbawn "nenhum critério satisfatório pode ser chamado para decidir quais das muitas coletividades humanas deveriam ser rotuladas desse modo".¹ Entretanto, os povos indígenas exigem ser chamados de nação, utilizando-se, ao que nos parece, de "critérios simples como a língua ou a etnia ou ... uma combinação de critérios como a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros mais"². Embora os critérios mencionados sejam "em si mesmos ambíguos, mutáveis, opacos e tão inúteis ..."³ esta parece ser a definição que permeia o pensamento de nossas lideranças e organizações indígenas. Se tomarmos por base o documento proposto podemos ver claramente o nosso pressuposto. No parágrafo 20, ao afirmar que "nações indígenas estão desaparecendo deste país", inferem que ixistem várias nações num mesmo país, ou seja, o Brasil é "internacional". Esta concepção fica evidenciada no parágrafo 21, quando se

HOBSBAWN, Eric J. Nações e Nacionalismo - desde 1870. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p. 14.

<sup>2.</sup> Idem, p. 15.

Ibidem.

excluem da nacionalidade brasileira, intitulando-se "índios do Brasil" (o grifo é nosso). Mas, a concepção de nacionalismo não aparece desarticulada das concepções de racismo, etnocentrismo e territorialidade. Em vários momentos aparece uma clivagem entre índios e não índios, como no parágrafo 24 onde se coroa a diferença racial implícita em todo o texto. Nos parágrafos 3 e 5 deixam claro que a vida neste "imenso país", do qual eram donos, era um paraíso e atribuem as agressões aos povos que viviam aqui à introdução da cultura ocidental e às civilizações ocidentais. No parágrafo 13 mostram o radicalismo de sua concepção, ao definirem a condição de índio à permanência das pessoas em um dado território e à preservação de sua cultura. A questão do racismo, implícita em todo o texto, é bem nítida no parágrafo 5, onde não apenas estabelecem a oposição entre "nós" e os das "civilizações ocidentais" como demonstram existir uma guerra permanente, um ressentimento contra os "destruidores e exterminadores", aos quais é atribuída toda espécie de desumanidade, por serem insensíveis e desumanos, semeadores da morte, da violência e da ganância, conforme pode ser auferido no parágrafo 24.

Wilhelm Reich diz que "a teoria da raça parte do pressuposto de que o acasalamento de cada animal exclusivamente com os da sua espécie é a `lei de ouro' da natureza ... (e que o) ... processo (de seleção dos seres) corresponde logicamente à vontade da natureza, pois o progresso e a seleção cessariam se os mais fracos, que não são os mais numerosos, conseguissem suplantar os seres superiores, que estão em desvantagem numérica". Na mentalidade dos índios, não foi isso que aconteceu quando, no parágrafo 3, escrevem que "nossa espiritualidade foi substituida por outras doutrinas que massacraram e massacram nossa cultura, costumes e modo de viver"? Para eles a raça superior não teria cessado seu progresso e seleção com a chegada dos brancos que atacaram suas mulheres e impingiram-lhes "ideologias antiindígenas"? (parágrafo 5) Não é difícil fazer a ligação entre a afirmação de Reich, "em consequência disso o nível da raça superior é rebaixado e seguido de uma regressão física e espiritual; isto marca o começo de um 'declínio' progressivo", e a mentalidade implícita na carta de que a "mistura com "povos inferiores racialmente", que precisam ser abençoados "para que se tornem mais humanos e sensíveis" (parágrafo 24), é que resultou "o declínio dos fundadores da cultura"; tal como pensavam os nacional-socialistas alemães. Um declínio que "provocou a migração de centenas de famílias indígenas para os grandes centros e por isso deixaram de ser índios" (parágrafo 13; o grifo é nosso). Em outras palavras: o conceito de raça não está ligado apenas à pureza do sangue, mas também à manutenção das "tradições, costumes e modo de viver" (parágrafo 3). Por isso os índios condenam, na carta, nos

REICH, Wilhelm. Psicologia de Massas do Fascismo. 2. ed., São Paulo, Martins Fontes, 1988, p. 71.

<sup>5.</sup> Idem, p. 72.

<sup>6.</sup> Ibidem, p. 72.

parágrafos 5, 16, 20, 21 e 24, a "mistura" das culturas que é classificada como "doutrinas que massacraram e massacram a nossa cultura", "ideologias antiindígenas", "descaracterização de sua própria cultura". Portanto, raça e cultura formam uma unidade física e espiritual. Nesta mentalidade, Reich demonstra que Adolf Hitler também pensava assim: "... mas, logo que os vencidos começaram a utilizar a língua e a adotar o estilo dos senhores, e a nítida demarcação entre senhores e escravos se apagou, o ariano renunciou à pureza do seu sangue e perdeu `seu lugar no paraíso' ...". Qualquer semelhança com o parágrafo 5 da carta ao Papa não é mera coincidência. E Reich continua: "Desta maneira perdeu também seu gênio cultural. Não esqueçamos que Adolf Hitler representa o florescimento da civilização.

O cruzamento de sangue e a consequente queda do nível da raça constituem a única causa da morte de velhas culturas; porque os homens não sucumbem por perderem guerras, mas por perderem a capacidade de resistência que é característica do sangue puro".

(Mein Kampf, p. 296)7.

Aliás, resistência é uma palavra de ordem para os povos indígenas neste ano (vide parágrafo 4). Resistência que os faz acreditar que o extermínio das nações indígenas é, também e ao mesmo tempo, o extermínio das florestas, do meio ambiente e da vida no planeta (parágrafo 20), ou seja, índios e natureza são partes de um mesmo todo, enquanto que as outras civilizações são os exterminadores. Essas "funções irracionais que dão expressão a certas correntes inconscientes e emocionais que predominam no homem predisposto ao nacionalismo" propiciam aos nossos índios pensar que a retomada "do elo espiritualidade de índio e natureza, que está sendo esfacelado por medidas políticas etnocidas" (parágrafo 23) lhes garantirá uma vida de paz e liberdade, tendo como centro do sonho o próprio etnocentrismo. Quando, no parágrafo 24da carta, os índios expressam sua esperança de "que não haja mais mortes, violência e ganância", não podemos deixar de citar Hans Kohn: "A roupagem do nacionalismo reveste as aspirações humanas de igualdade e dignidade ...", e completa "... mas também a paixão de poder sobre os outros ...", e emenda "o nacionalismo ... encerra não apenas uma esperança e uma promessa, mas também uma grave ameaça para a crescente unidade da humanidade e para a liberdade racional do homem ...

E, mais uma vez citando Reich: "os teóricos da raça, que são tão antigos quanto o próprio imperialismo, pretendem criar a pureza racial em povos nos quais, em consequência da expansão mundial, a mistura das raças se

<sup>7.</sup> Ibidem, p. 73.

<sup>8.</sup> Ibidem, p. 74.

KOHN, Hans. A Era do Nacionalismo. Rio de Janeiro-São paulo, Fundo de Cultura, 1963, p. 10.

encontra numa fase tão adiantada, que tal pureza da raça só é concebível e aceitável em cérebros decadentes".10

É neste sentido que a busca da liberdade e da paz pelos povos indígenas, se estruturada mentalmente pelos princípios do nacionalismo, do racismo e do etnocentrismo, é uma medida conservadora e reacionária.

O tratamento da questão do espaço não é menos contraditório e polêmico. O artigo 231, parágrafo primeiro da Constituição Federal do Brasil, fala de "terras tradicionalmente ocupadas". As organizações indígenas falam em "terras indígenas". As lideranças falam as duas coisas, mas enfatizam a denominação "território" (parágrafos 9, 12 e 18 da carta). Nem o Estado, nem as organizações e lideranças indígenas usam o termo propriedade. Ora, no sistema capitalista vigente a terra é propriedade de alguém. Se ela só está ocupada pelos índios significa que pertence ao Estado. Então, as terras indígenas são ocupações, propriedades ou territórios? Golbery do Couto e Silva define território como espaço estatal e amplia esta definição: "o espaço estatal - território - não se deve, evidentemente, reduzir ao simples e desnudo espaço físico"11.

Em sua definição, Golbery dá ênfase ao interesse da Geopolítica "pelo espaco político em toda sua plenitude: caracterizado por uma extensão, uma forma e uma contextura bem definidas ..."12 e, também, "o espaço econômico com todas as suas diferenciações regionais e, não menos, as regiões culturais, as regiões étnicas, as regiões linguísticas, sempre que for o caso"3. A estratégia do Estado visa à "integração total e a valorização cada vez maior do território nacional"14. E esta estratégia geopolítica é uma questão de "segurança nacional". Não é por acaso que as terras indígenas são fragmentadas em áreas não contínuas. A fragmentação faz parte de uma estratégia que visa evitar a formação de enclaves de cunho étnico, no futuro. Também não é por acaso que não se fala em passar o título de propriedade das terras para os povos indígenas, mas sim apenas demarcar suas terras que ficarão sob 'proteção" do Estado. Enquanto os povos indígenas, confinados em suas "reservas" mantiverem modos de vida primitivos, sem necessidade de expansão, o Estado estará absolutamente tranquilo e a "segurança nacional" não será abalada. Mas se esses povos formarem nações e tentarem transformar suas terras em territórios não há dúvidas que haverá (?) uma guerra, cujo vencedor

<sup>10.</sup> REICH, Wilhelm, Op. Cit., p. 74.

SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura Política Nacional, O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. 2 ed., Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1981, p. 34.

<sup>12.</sup> Idem, p. 34.

<sup>13.</sup> Ibidem, p. 35.

<sup>14.</sup> Ibidem, p. 35.

já conhecemos por antecipação. Tudo isso nos leva a crer que o Estado tem interesse em demarcar apenas dois tipos de terras indígenas: o primeiro são as terras cuja ocupação está consolidada e não está sob conflitos internos ou externos; o segundo diz respeito a terras onde existem reservas naturais, cuja exploração não interessa ao Estado agora. Nessas terras há conflitos, e a demarcação resolve dois problemas: o primeiro com os próprios índios e o segundo com os grupos exploradores que terão seu campo de atuação limitado. Neste caso, apesar dos protestos dos "pioneiros do desenvolvimento", o Estado ganha o apoio internacional pela sua política ambiental. E, de quebra, terá ótimos "guardas" que habitarão e conservarão a área, garantindo a "preservação da riqueza" e a "soberania nacional". E, para completar o quadro, os povos indígenas, confinados em seus "territórios", mantendo suas "culturas, tradições e modos de vida", formando nações com organizações políticas "próprias", ou seja, tendo sua "autodeterminação" garantida e se "fortalecendo como povo" sem mistura de raças (parágrafos 3, 9, 12, 16 e 18), acabam por se constituírem em peças de museu, objetos de estudos e temas de cunho artístico e científico que movimentarão milhares de dólares para empresas turísticas, instituições e pessoas que vivem desta realidade. Vendo deste ponto de vista, se, por um lado, a demarcação das terras é uma necessidade para os povos que nelas residem, por outro lado, significa uma camisa de força que não lhes permite expansão. Se a mentalidade de territorialidade alcançar seus objetivos nacionalistas, com base no etnocentrismo e no racismo, a saída será uma guerra. O que há de libertador nisso? O que há de progressista nisso? O que a humanidade e os próprios povos indígenas ganham com isso, a não ser mais mortos?

Digamos, porém, que esta mentalidade não leve necessariamente a uma guerra. Isso só acontecerá se os povos indígenas continuarem na situação que estão agora. Então voltamos a perguntar: o que há de libertador e progressista em manter povos numa luta permanente pela sobrevivência, confundindo seus inimigos e controlados por um poderoso esquema de dominação?

#### Conclusão

Alcançar a liberdade, a paz e o direito à vida é mais do que um sonho, é uma luta de toda a humanidade. Foram trilhados muitos caminhos para se alcançar este objetivo. O nacionalismo, o racismo, o etnocentrismo e a territorialidade, mais do que concepções filosóficas se transformaram em políticas globais. Amadurecidas pelo processo histórico, assinaladas pelos povos, dividiram a humanidade e foram colocadas a serviço do imperialismo e do grande capital. Nem uma guerra devastadora foi suficiente para estirpar da mentalidade dos povos estes sentimentos mesquinhos, tamanha é a adaptação destas concepções na estrutura mental das massas. Embora a maioria dos povos indígenas não tenha participado de todo esse processo histórico, as próprias condições mentais, calcadas no autoritarismo, os

tornaram predispostos a assimilarem estas concepções reacionárias; e as assimilaram tanto do Estado, organizado numa estrutura que contém estes elementos, quanto de pessoas diretamente envolvidas com a causa indígena, que têm em sua estrutura mental estas concepções e as elegem, inconscientemente, como o caminho para alcançar a dignidade e a justiça social. Desenvolvidas durante anos, em meio aos diversos grupos étnicos, essas concepções ganharam corpo e hoje se expressam nos discursos, nas propostas e nas lutas, também dos povos indígenas. Embora condenadas pela história, essas mentalidades têm sido alimentadas entre os povos e formam, como demonstramos, uma unidade dialeticamente articulada, cuja implementação, na prática, no caso dos povos indígenas, nos conduzirá a um futuro imprevisível. Se os povos indígenas conseguirem se organizar para conquistar seu espaço, enquanto povo diferenciado, o que certamente desencadeará uma guerra, o que conseguirão, além de mais mortes, mais ódio e mais isolamento? Se não chegarmos a uma guerra declarada, é porque o resultado da política movida por essas mentalidades não ameaçou o poder dominante, o que significaria a manutenção dos isolacionismo político, econômico, social e cultural dos povos indígenas em relação ao conjunto da sociedade. Seja qual for o resultado, fica claro que essa é uma mentalidade baseada em concepções conservadoras e reacionárias e se desenvolvem como tal. Embora já haja uma percepção por parte de organizações indigenistas de que os problemas dos índios são também dos brancos e negros despossuídos e que só uma luta solidária pode romper as barreiras da desigualdade, esta proposta de solidariedade tem sido entendida como a necessidade de uns ajudarem os outros a conseguirem seus objetivos libertadores. Trata-se, pois, de um equívoco porque não é criando diferenças que se alcança uma ação solidária. As diferenças existem e podem ser vistas com base nas condições materiais objetivas. O nacionalismo, o racismo, o etnocentrismo e a concepção de territorialidade isolam, iludem, dividem, conflituam porque são elementos de uma mesma estratégia, a estratégia do dominador, reforçada pela mentalidade autoritária do próprio dominado. Por isso essa mentalidade sempre foi e sempre será reacionária.

# À Sua Santidade João Paulo II

#### Santo Padre

(1) Às vésperas do quinto centenário da invasão da Ameríndia, os povos indígenas do Brasil são contra as comemorações festivas, porque ao longo destes séculos vêm sofrendo um processo de extermínio.

(2) São 500 anos de sofrimento e tristeza.

(3) A partir de então iniciou-se uma nova história para os povos indígenas, onde nossa espiritualidade foi substituída por outras doutrinas que massacraram e massacram nossa cultura, costumes e modo de viver.

(4) E durante a ocasião das comemorações dos 500 anos queremos que os

povos indígenas do Brasil tenham participação e possam se manifestar

como exemplos vivos de resistência.

(5) Outrora éramos donos deste imenso país, agora ocupado pelas civilizações ocidentais que o tomaram, destruíram, fizeram dele instrumentos de lucro e transformaram nossa liberdade em política de extermínio implantada através de ideologias antiindígenas.

(6) Hoje, refletindo a história sombria do nosso passado, nossos olhos deparam somente morte, destruição e espoliação dos povos indígenas, implantadas na forma sofisticada de grandes projetos econômicos multinacionais, e sob a ótica do desenvolvimento contribuem com o genocídio de centenas de comunidades indígenas espalhadas por este país.

(7) Estradas, hidrelétricas, polos industriais de mineração, projetos militares são construídos para semear invasões, doenças, fome, miséria e morte.

(8) Nas últimas décadas, os detentores do poder econômico e político investiram na desarticulação dos povos indígenas no sentido de dominálos e desapropriá-los dos seus direitos, assim como na não-demarcação e garantia das terras.

(9) Em nome da modernidade, tecnologia e progresso invadem criminosamente nossos territórios, assassinam nossos líderes, envenenam nossos rios, destroem nosso meio ambiente e tratam-nos como sub-raças,

transformando-nos em estrangeiros dentro de nosso país.

(10) E por isso a luta pela sobrevivência dos povos indígenas é luta pela VIDA.

(11) Não temos assistência adequada à saúde e educação.

- (12) Depois da visita de Sua Santidade ao Brasil em 1980, centenas de índios foram assassinados sem que a justiça tome qualquer decisão no sentido de punir culpados:
  - o massacre de 14 Tikuna por posseiros de Oscar Castelo Branco;

 a morte de mais de 2 mil Yanomami, vítimas da malária e do confronto com garimpeiros incentivados por políticos da região;

- a morte do líder Guarani Marçal Tupa'i, assassinado por jagunços de

fazendeiros do Mato Grosso do Sul;

 e mais recentemente quatro Marubo, no Amazonas, e Atikum e Truká, em Pernambuco. Sem contar com os suicídios em massa dos jovens Guarani no Mato Grosso do Sul;

 além da ameaça de cólera dos que habitam na faixa de fronteira, das intimidações manifestadas pelas ameaças de morte e agressões físicas e até prisões ilegais. Os assassinatos nestes onze anos já somam 140, cujos assassinos estão impunes;

 os Guarani continuam despejados de seus territórios no Mato Grosso do Sul: os da aldeia Jarará, Sucuri, etc. A área indígena de Cerrito depende

apenas do pronunciamento do Ministro da Justiça.

(13) Com a implantação da política integracionista do governo brasileiro através do seu órgão de assistência, centenas de famílias indígenas migraram para os grandes centros na tentativa de buscar melhores condições de vida e deixaram de ser índios. (14) Com esta atuação a realidade passou a ser sua maior inimiga.

(15) Ao se defrontarem com a miséria passaram a sobreviver como párias de

uma sociedade dominadora.

(16) Mas apesar de sofrerem descaracterização de sua própria cultura, muitos desses povos como os Xukuru Ororubá, em Pernambuco, retomam seus grupos de origem e se organizam na tentativa de se fortalecerem como povo, apesar de sofrerem discriminação dos órgãos governamentais.

(17) A educação escolar indígena foi formulada e imposta por um sistema

alienante segundo a doutrina da Segurança Nacional.

(18) Diante desse quadro, os povos indígenas tentam se fortalecer através de suas organizações em busca da autonomia e reconquista das tradições religiosas culturais e da garantia de seus territórios.

(19) Esses povos têm os direitos garantidos na Constituição Brasileira, lei

favorável aos índios, mas que não é cumprida e respeitada.

- (20) Portanto, Santo Papa, queremos que sua Santidade leve nosso grito de clamor por justiça aos outros povos do mundo, para que saibam que nações indígenas estão desaparecendo neste país, reconhecido como o maior país cristão católico do mundo, e para que fique bem gravado em suas memórias e consciências que se exterminarem as nações indígenas estarão exterminando as florestas e o meio ambiente, e a vida no planeta se tornará insuportável.
- (21) Nós, povos indígenas do Brasil, pedimos com muita esperança que através de sua Santidade, pelo menos nesta visita de 1991, o governo brasileiro tome uma posição mais humana em relação à vida dos índios.

(22) Queremos um compromisso com a VIDA e não com a MORTE.

- (23) Que a partir de então possamos retomar esse elo de espiritualidade de índio e natureza, que está sendo esfacelado por medidas políticas etnocidas.
- (24) Que a benção do Santo Papa alcance todos os brasileiros e os tornem mais humanos e sensíveis, para que não haja mais morte, violência e ganância.

Cuiabá, 16 de outubro de 1991

# Bibliografia

- HOBSBAWN, Eric J. Nações e Nacionalismo desde 1780. Trad. Maria Célia Paoli, Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- KOHN, Hans. A Era do Nacionalismo. Rio de Janeiro-São Paulo, Fundo de Cultura, 1963.
- REICH, Wilhelm. Psicologia de Massas do Fascismo. 2 ed. Trad. Maria da Graça M. Macedo. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

SILVA, Golbery do C. e. Conjuntura Política Nacional, O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. 2 ed., Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1981.

TERRAS INDÍGENAS DO BRASIL. São Paulo. CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1990.

suas organizações em basea da autonomia e reconguesta dos tradições -

narros indiquesa estão desaparacendo nusta país, recenhado coma o